

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O atraso que une governo e oposição



Governo sinaliza apoio à PEC de senadores bolsonaristas que fixa porcentual mínimo de gastos com Defesa, podendo agravar uma distorção da democracia: o engessamento do Orçamento

O governo do presidente Lula da Silva deu sinais de que pode apoiar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trava ainda mais o Orçamento. De autoria do senador bolsonarista Carlos Portinho (PL-RJ), a PEC fixa um porcentual mínimo para destinação de recursos para a Defesa – 1,2% do Produto Interno Bruto no primeiro ano de vigência, com aumentos anuais até chegar a 2%. Estivesse em vigor, a chamada PEC da Defesa teria elevado o Orçamento da pasta para 2024 dos atuais

R\$ 126,6 bilhões para R\$ 130,8 bilhões.

Já se sabe que Lula está ansioso para agradar às Forças Armadas e reconquistar a confiança dos militares, mas colaborar para engessar ainda mais a peça orçamentária é um péssimo caminho. A bem do País, o presidente deveria direcionar seus esforços no sentido diametralmente oposto, vale dizer, trabalhar por um Orçamento cada vez menos travado. Afinal, essa é uma distorção que, a um tempo, reduz sensivelmente a discricionariedade do próprio chefe do Poder Executivo federal e, o que é ainda pior, abastarda a demo-

cracia representativa ao interditar o debate público sobre a destinação dos recursos dos contribuintes. Obviamente, não se pode falar em debate algum quando o Orçamento já nasce com 90% dos recursos comprometidos com gastos obrigatórios e apenas 10% destinados aos chamados gastos discricionários.

Convém lembrar que “o Orçamento é o coração da democracia”, como bem sintetizou o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco em uma de suas colunas publicadas por este jornal (*O Orçamento público e a democracia*, 28/11/2021). De fato, poucos atos da vida coletiva expressam com mais vivacidade a essência do regime democrático do que a discussão pública sobre os múltiplos desejos da sociedade e, principalmente, sobre os meios para materializá-los na peça orçamentária. Mais bem dito: uma democracia só estará plenamente consolidada quando a sociedade for livre e madura o bastante para elencar, por meio de seus representantes, as grandes prioridades nacionais, tendo como norte o bem comum. Em que pese o valor de cada um dos interesses sociais em jogo no debate público, dinheiro não brota do chão e, portanto, escolhas precisam ser feitas.

Deveria ser ocioso enfatizar que Lula da Silva – ou qualquer presidente –, a rigor, não tem de conquistar a simpatia ou a confiança dos militares, e sim manter com eles uma relação republicana e institucional. Portanto, as discussões sobre um eventual aumento de recursos para a Defesa deveriam se

dar em razão das necessidades específicas do setor e em contraste com as necessidades de outros setores – porque, convém recordar, o dinheiro público é finito.

Ademais, no momento em que o próprio governo federal se vê em dificuldades para fechar as contas públicas, haja vista a recente revisão das metas de resultado primário para os próximos anos, é no mínimo contraditório, para não dizer temerário, expressar esse apoio a uma PEC que só tende a agravar a situação fiscal do País.

Não se discute aqui o mérito das demandas orçamentárias das Forças Armadas, assim como decerto são valiosos os pleitos por mais investimentos nas pastas da Saúde e da Educação, ou do Turismo, ou da Cultura – sempre haverá bons argumentos para investir em todas essas áreas e em tantas outras. A grande questão é que à sociedade não é dado nem sequer discutir essas alocações orçamentárias, uma vez que boa parte do dinheiro já está carimbada. Ao invés de contribuir para a reversão desse cenário, governo e oposição se unem para agravá-lo ainda mais.

Com um Orçamento comprometido de forma avassaladora com os gastos obrigatórios – como o pagamento de salários do funcionalismo público, pensões e aposentadorias, além de benefícios sociais e privilégios setoriais que se perpetuaram ao longo do tempo –, sobra quase nada para a sociedade decidir onde e como investir. Ou seja, para definir melhor o seu próprio futuro. ●

O antilavajatismo e o neolavajatismo

A Justiça deveria estar empenhada em separar o joio do trigo. Mas, como se viu no CNJ, instâncias superiores estão imbuídas do mesmo messianismo justiceiro que corrompeu a Lava Jato

A Lava Jato desbaratou o maior esquema de corrupção de que se tem notícia no Brasil e, ao fazê-lo, restaurou na população a confiança – ou ao menos a esperança – de que ninguém está acima da lei, por maior que seja seu poder político e econômico. Mas, ao se colocarem acima da lei e empregarem meios ilícitos para atingir seus fins, os próprios protagonistas da operação dilapidaram esse legado.

Intoxicada por um frenesi salvacionista, a Lava Jato se autoconferiu uma espécie de competência universal de combate à corrupção. As ilegalidades contaminaram a operação como uma metástase: conduções coercitivas e prisões preventivas arbitrárias; linchamentos públicos baseados em meras denúncias e delações; vazamentos seletivos;

relações promíscuas entre juizes e procuradores; condenações sem provas e mais uma longa ficha corrida. O messianismo punitivista inflamou uma histeria antipolítica: todo político passou a ser visto como um corrupto em potencial; todo crítico, como cúmplice da corrupção. Assim, ao punir corruptos, a Lava Jato elevou a Justiça; ao justicar políticos, o lavajatismo a desmoralizou.

Uma década após o início da operação, as instituições republicanas, em especial a Justiça, deveriam estar imbuídas da missão de separar o joio do trigo; debelar o câncer e restaurar o corpo. Mas não é o que se está vendo. Insufladas pelos ventos políticos, inflamadas por um ânimo revanchista, instâncias superiores da Justiça estão cometendo arbitrariedades a pretexto de combater arbitrariedades. São os

mesmos métodos, o mesmo narcisismo, o mesmo maniqueísmo, o mesmo jacobinismo, mas agora com o sinal trocado. O antilavajatismo converteu-se em um neolavajatismo.

O Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, que por anos validou a operação, agora se empenha em fazer terra arrasada dos acordos e delações de criminosos confessos.

Capítulo mais recente é o julgamento no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o emprego dos recursos oriundos de acordos de colaboração e leniência. A Corregedoria acusa a juíza Gabriela Hardt, substituta de Sergio Moro, de uma “gestão caótica” do dinheiro e um “conluio” para aloca-lo conforme o “interesse exclusivo da força-tarefa”. Um juiz e três desembargadores são acusados de descumprir decisões do STF ao anularem decisões do juiz Eduardo Appio, que assumiu a Lava Jato, revertendo decisões de Moro.

São acusações plausíveis, que serão devidamente julgadas pelo plenário. Mas não é preciso entrar no mérito para reconhecer a desproporção e a arbitrariedade das medidas tomadas pelo corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão. Na segunda-feira, um dia antes do julgamento, Salomão afastou monocraticamente os juizes e desembargadores.

A Associação dos Juizes Federais reagiu prontamente, apontando que o

alijamento é medida de última instância que pressupõe “motivos de natureza extremamente grave” e “contemporaneidade aos fatos”, “situações que não se verificam no caso em debate, já que os fatos imputados dizem respeito a matéria jurisdicional, cuja correção se dá através das instâncias recursais, e não por reprimenda correicional, sob pena de ofensa à independência do Poder Judiciário”.

Mesmo o presidente do STF e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, um juiz conhecido por sua retórica contemporizadora, às vezes até melíflua, reagiu com palavras duras. Segundo ele, o afastamento foi medida “ilegítima, arbitrária e desnecessária”, lembrando que ela exige uma decisão colegiada ante faltas graves inequivocamente comprovadas. “Se cancelarmos isso, estaremos cometendo uma injustiça, senão uma perversidade.” Ao fim, o plenário reverteu a suspensão dos dois juizes, mas manteve a dos desembargadores.

A vontade de vendeta é indifereçável. Há pouco tempo, o presidente Lula revelou que quando recebia procuradores na carceragem da Polícia Federal de Curitiba costumava dizer: “Só vai estar tudo bem quando eu f... esse Moro”. Ao que parece, não é o único a nutrir desejos inconfessáveis, não só em relação a Moro, mas a qualquer um que tenha relação com a Lava Jato. ●

PREMIUM AND DISTRIBUTED BY ASSOCIATED PRESS
Presreader.com.br - 11 604 2774-8604
Contato: assessoria@presreader.com.br

Presreader